

Resumo das atividades parlamentares em 2007



Senador Tasso Jereissati

Resumo das atividades parlamentares em 2007



Senador Tasso Jereissati



ÍNDICE

Ano 2007 Um ano de conquistas e resultados	05
Projetos de Lei, Emendas e Medidas Provisórias	06
Desenvolvimento Regional	11
Segurança Pública	14
Reforma Política	18
Desenvolvimento do Ceará	22
Destaque das Comissões do Senado	29
Atividades Externas do Senador	31
Palavras e Imagens	34

Entendo ser dever de todo homem público, especialmente os portadores de mandato eletivo, prestar contas de sua atuação, de como tem usado o poder que os eleitores lhe concederam. Esse é o sentido desta publicação,, que anualmente faço chegar às mãos dos cearenses, que me honraram com sua confiança e voto, fazendo-me representante do Ceará no Senado Federal.

Se 2006 foi dominado em grande parte pelas eleições gerais, em 2007, pudemos retomar as discussões sobre os grandes temas nacionais, agora em termos mais técnicos e menos apaixonados, que costumam dominar os debates em época de pleito eleitoral.

Entre os diversos temas sobre os quais nos debruçamos com afinco, como a reforma política, as ZPE's (Zonas de Processamento de Exportações), a luta pela Siderúrgica no Ceará, o combate à violência, a distribuição de recursos federais no Nordeste, que serão abordados mais detalhadamente ao longo deste relatório, creio que avançamos na discussão sobre a reforma tributária.

Enquanto o governo apresentava sua proposta na Câmara dos Deputados, tomamos a iniciativa de criar, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos no Senado, uma Subcomissão específica para estudar o sistema tributário nacional, avaliando números, conceitos e procedimentos, apresentando propostas objetivas e racionais, independentemente da iniciativa governamental.

No bojo desta discussão mais ampla, sobreveio a questão da prorrogação da CPMF. Já em 2003 havíamos apresentado proposta no sentido da redução gradual de sua alíquota, até um nível em que, se por um lado, aliviávamos a carga tributária, por outra via manteríamos a contribuição como instrumento útil ao combate à sonegação.

Com a já costumeira intransigência e arrogância que o atual Governo trata o Congresso Nacional e a oposição, o Executivo não negociou com os opositores da medida e partiu para o tudo ou nada, apostando na prorrogação, por mais 4 anos, sem nenhum ajuste. Sob argumentos falaciosos e prognósticos catastróficos, o Governo buscava iludir a opinião pública, quanto à impossibilidade de abrir mão daquela receita.

Em uma noite memorável, felizmente o Senado Federal, com a sua independência, rejeitou a medida. Com isto, ganhou a população brasileira, mas perdeu o governo um importante instrumento de fiscalização, que poderia ter sobrevivido na forma da manutenção de uma pequena alíquota do imposto, conforme proposta do PSDB.

Ademais o tempo provou que estávamos certos. A arrecadação nos primeiros meses de 2008 aumentou, mesmo com o fim do CPMF. Ficou cabalmente comprovado que da oposição agiu com responsabilidade política e exatidão técnica, quando exigiu o fim da contribuição e apontou os caminhos do crescimento econômico com racionalidade tributária e redução de gastos do governo.

Mas 2007 foi também o momento de consolidação de conquistas que muito nos envaidecem. Foi com enorme satisfação que recebemos os números do IBGE, divulgados no segundo semestre do ano passado, especialmente os referentes à mortalidade infantil no Brasil, de 1980 a 2006. O Ceará obteve os melhores índices na redução da mortalidade, alcançando uma diminuição de 72%. Esse número configura uma vitória espetacular, conquistada graças aos esforços pioneiros do Programa de Agentes de Saúde, formulado em nosso primeiro governo no Estado e abraçado por todos os cearenses em 1986, época em que antes de completar 1 ano de vida, morriam 111 crianças de cada 1000 nascidas.

Os outros dados do IBGE relativos ao Ceará mostraram-se altamente positivos. O Índice de Desenvolvimento Humano, reflexo dos níveis de escolaridade e analfabetismo, saúde, saneamento, emprego e renda, assim como muitos outros, revelaram, incontestavelmente o que se pode obter com responsabilidade, ética e trabalho voltado exclusivamente para o interesse público, mesmo nas condições mais adversas.

É esse caminho, esse compromisso, que continuamos a perseguir no Senado Federal e que esta publicação busca retratar.

Um abraço,

Senador Tasso Jereissati

1 | PROJETOS DE LEI, EMENDAS E MEDIDAS PROVISÓRIAS



Sr. BERNARD APPY
Secretário de Política Econômica do Ministério da
Fazenda

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Subcomissão Temporária da
Reforma Tributária

ECONOMIA

1. REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma tributária para acabar com impostos abusivos

A grande queixa do empresariado e do contribuinte brasileiro é a pesada carga tributária. O tamanho absurdo dela chega à casa dos 35% do PIB. *“Nunca se pagou tanto imposto como se paga hoje neste país”*, disse o Senador Tasso Jereissati (PSDB), ao participar de uma das discussões da questão tributária, que continua sendo uma das principais no Congresso Nacional. Desde que assumiu seu mandato em 2003, Tasso tem defendido a necessidade de reformas que mudem esse quadro. Para ele, *“o tamanho e, em especial, a má estrutura da carga tributária constituem um sério entrave à retomada sustentada do crescimento econômico brasileiro”*.

Além de considerar o governo perdulário nos gastos, Tasso vê *“abuso na cobrança de tributos indiretos, que incidem sobre a produção, a venda e o consumo de bens e serviços, quase sempre sem que se saiba quanto e como. Eles geram quase metade da carga tributária nacional.*

E isso explica a grande diferença para os demais países: tanto ricos, quanto emergentes, cobram pouco mais de 10% do PIB de tributos indiretos; enquanto nós superamos a casa de 15% do PIB.” E acha que *“a pior face da tributação é a menos calculada e comentada: a injustiça social”*. Segundo dados oficiais, as famílias mais pobres são as mais atingidas: enquanto as famílias com renda de até dois salários mínimos arcam com impostos equivalentes a 48% os que ganham renda superior a 30 salários gastam cerca 26%.

Para Tasso, *“o sistema tributário brasileiro virou um caso a parte no mundo: é o único em que já se arrecada mais contribuições do que impostos, porque é o único em que aquelas não incidem apenas sobre folha salarial. Todos sabem que o governo federal usa e abusa da cobrança de contribuições, econômicas e sociais, além de taxas, para driblar a repartição obrigatória da receita de impostos, como o de renda e o IPI, com os governos estaduais e municipais. Hoje, para cada um real que se arrecada de impostos federais, são cobradas cerca de dois reais em contribuições não compartilhadas”*, comentou.

Essa visão do problema o levou a apresentar requerimento no âmbito da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) que terminou com a criação de uma Subcomissão para tratar especificamente da questão tributária, com o fim de construir uma proposta de reforma que oferecesse ao país uma verdadeira mudança no atual sistema tributário. Ele foi indicado presidente da Subcomissão de Reforma Tributária que passou a funcionar em abril de 2007. A partir daí, foram ouvidos representantes dos governos federal, estadual e municipal, especialistas, estudiosos do tema e representantes da sociedade civil.

Em sua primeira reunião a Subcomissão ouviu o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Bernardo Apy, que conduziu a reforma defendida pelo governo. Essa proposta segundo Tasso, *“ainda está longe de repensar os 100% da carga tributária, como fizemos no projeto que apresentamos em 2003 no Senado”*. Reconhece, porém, que a nova ideia básica do Governo é fundir a maioria dos impostos e contribuições que alcançam a produção e a venda de bens e serviços: do lado estadual, o ICMS; na competência federal, o IPI, a Cofins, o PIS e a CIDE; e, se houvesse como compensar as prefeituras, também o ISS.

O ideal, para Tasso, era que fossem além, para também repensar e realocar boa parte da receita da extinta CPMF e permitir a supressão de algumas contribuições sobre a folha salarial – talvez deixando sobre essa base apenas aquela destinada à previdência social. Ao final de 2003, o Senador já defendia esta abordagem maior da reforma em emenda que apresentou no Senado. Este é o espírito da atual proposta que está na Subcomissão de Reforma Tributária, ou seja, o Senado está trabalhando uma proposta de aprimoramento do projeto do governo federal. Para Tasso *“a proposta da Subcomissão será não de reforma tributária, mas de um novo sistema tributário”*.

2. CPMF

Tasso vota contra prorrogação da CPMF

“Voto contra a CPMF porque quem mais paga esse imposto é o mais pobre deste País, porque o paga indiretamente, ou seja, de maneira

não-transparente, pois ele está embutido justamente nos preços dos produtos usados pela população mais pobre e pesa muito mais sobre ela do que sobre a parcela mais rica da população”. Eis um trecho do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati (PSDB), durante debate sobre a votação da CPMF, em 6 de dezembro de 2007. Para ele, a CPMF não passava de um paliativo que só interessava ao fisco federal e que acabava sinalizando contra a promoção de uma reforma tributária profunda e estrutural.

No debate, o Senador foi sempre a favor de mais recursos para saúde, em defesa dos brasileiros necessitados de melhor prestação desses serviços, que nos seus governos no Ceará mereceu total atenção, sobretudo nas ações preventivas. Propôs, alertando acerca da necessidade de diálogo do Congresso com o Governo, ainda a adoção de um redutor de 0,2% ao ano nas despesas correntes do governo, na expectativa de que ao final de 10 a 20 anos, essa medida pudesse apresentar excelente resultado. Propôs também, a desoneração de tributos, ficando aberta a discussão dos setores a serem

beneficiados – um deles seria o da folha de pagamento das empresas, pois a redução dos encargos trabalhistas favoreceria as exportações, a ampliação do mercado de trabalho, o estímulo à formalização e o desenvolvimento da economia.

Tasso defendeu a redução da alíquota da CPMF, em montante a ser discutido. Nesse caso, a aprovação seria para período curto e não para quatro anos. A sugestão seria de um ano e meio e, dentro desse prazo, se aprovaria, finalmente, uma reforma tributária. O Governo, porém, não admitiu negociar a proposta do Senador. Em meio a uma posição intransigente do Palácio do Planalto, o Senador fez duras críticas às ameaças do Governo de que, se não aprovada a CPMF, o programa Bolsa Família acabaria e que não haveria dinheiro para a saúde, ou de que se tivesse de cortar gastos, os primeiros prejudicados seriam os governos estaduais ocupados por partidos da oposição. *“Ameaças como essas fecham qualquer possibilidade de diálogo. Este deve ser travado com base em dados. É preciso que o governo faça o jogo da verdade”*, comentou



durante sessão no Plenário do Senado. E, em seguida, contestou os argumentos de que não seria possível governar o País sem os recursos da CPMF. *“O excesso de arrecadação demonstra que pode, basta o governo cortar as crescentes despesas”*, reagiu. Ao final do debate, o Senador votou contra a prorrogação da CPMF e o radicalismo do Governo Lula, que não quis negociar.

3. AGÊNCIAS REGULADORAS

Projeto fortalece agências reguladoras

O Senado aprovou, em primeiro turno, Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do Senador Tasso Jereissati, concedendo maior autonomia funcional, decisória,

administrativa e financeira para as agências reguladoras. Acolhida com 52 votos favoráveis e apenas dois contrários, a proposta complementa o artigo 174 da Constituição, que estabelece as funções de fiscalização e regulação do Estado.

No final de 2006, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, ao ser submetida à discussão em Plenário recebeu duas emendas, retornando à CCJ. O relator, Senador Demóstenes Torres (PFL-GO), em amplo entendimento com o governo e oposição, elaborou um substitutivo que foi aprovado por unanimidade na CCJ e remetido ao Plenário, após a aprovação da redação final da PEC pela CCJ, em 15 de agosto.

A PEC determina que as agências reguladoras obedecerão princípios como os de proteção do interesse público, defesa da concorrência e do direito ao consumidor, entre outros. Durante o debate em plenário, foi ressaltado que o projeto garante tranquilidade para investimentos estrangeiros e nacionais no país.

4. AMPLIAÇÃO DO FUNDO GARANTIA-SAFRA

Proposta reduz conflitos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, em abril de 2007, projeto que altera a Lei 10.420, de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário do Fundo Garantia-Safra. Trata-se de mais uma proposta do Senador Tasso Jereissatti, que vem tramitando desde 2003, apresentada com o objetivo de estimular as parcerias agrícolas como meio de modernizar a produção rural, reduzindo a mútua desconfiança entre trabalhadores e proprietários e desestimulando os conflitos no campo.

A idéia é estender os benefícios do Fundo Garantia-Safra aos proprietários das terras, que estejam inscritos em conjunto com os pequenos agricultores, no correspondente a uma área não superior a quatro módulos, incluindo,

portanto, o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. Para o Senador, o projeto constitui-se um instrumento de regulação dessas relações, preservando os direitos das partes, em prol do respeito mútuo e da convivência pacífica no campo. A matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para análise dos Senadores.

5. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FGTS

Emenda de Tasso protege o trabalhador

Para proteger o trabalhador dos riscos de utilização pelo Governo Federal de recursos do FGTS para os projetos de infra-estrutura previstos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Senador Tasso Jereissatti apresentou emenda à Medida Provisória 339, enviada pelo

Governo ao Congresso.

Pela proposta, o programa teria uma receita inicial de R\$ 5 bilhões dos recursos do FGTS para o Fundo de Infra-Estrutura, proposto no PAC para financiamento de várias obras, sem qualquer garantia dos riscos do dinheiro do trabalhador. Isso provocou, logo no início do lançamento do PAC, a reação de entidades sindicais ligadas aos trabalhadores. A Força Sindical chegou a questionar a constitucionalidade da proposta no Judiciário.

Com a emenda do Senador Tasso Jereissatti, a garantia dos riscos da utilização dos recursos fica por conta da Caixa Econômica Federal, agente operador do novo fundo FI-FGTS. O Senador cearense justificou em sua emenda que *“não é justo que o governo federal não dê qualquer garantia aos trabalhadores, afinal os recursos do patrimônio líquido do FGTS não representam recursos públicos. Ao contrário, esses recursos são privados, de propriedade coletiva”*.

2 | DESENVOLVIMENTO REGIONAL



1. CEF DEVE PRIORIZAR APLICAÇÃO DE RECURSOS

Projeto combate desigualdades regionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, em outubro de 2007, por unanimidade, o parecer favorável do Senador Marco Maciel (DEM-PE) a projeto de lei de Tasso Jereissatti que obriga a Caixa Econômica Federal a priorizar, na aplicação de seus recursos, a promoção do desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

A proposta do Senador cearense prevê a aplicação de no mínimo 45% dos recursos administrados pela Caixa em projetos e financiamentos nas três regiões. A maior parte irá para obras de infra-estrutura e saneamento. A verba deve vir de fontes como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O projeto de Tasso determina ainda que os recursos eventualmente não tomados pelos

Estados permaneçam à disposição das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O objetivo dessa medida é evitar que o dinheiro disponível e não utilizado seja absorvido por outras Regiões. O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos, onde será novamente analisado e votado.

Tasso Jereissatti tem sido, permanentemente, um duro crítico da falta de uma política de desenvolvimento regional no Brasil. Para ele, é essencial a criação de um “instrumento institucional” que obrigue o BNDES a regionalizar sua atuação, independentemente da visão de quem esteja presidindo a instituição.

2. PROJETO ZPES

As ZPEs e o desenvolvimento regional brasileiro

Durante o ano de 2007, o Senado discutiu o projeto de criação das Zonas de Processamento de Exportação-ZPEs. São distritos industriais

onde as empresas neles localizadas operam com isenção de impostos e liberdade cambial, com a condição de destinarem a maior parte de sua produção ao mercado externo. No Brasil, no período de 1988 a 1994 foram criadas, por meio de Decreto Presidencial, 17 ZPEs, embora nenhuma delas esteja em funcionamento.

Desde o início do debate em torno desse projeto, em 1988, o Senador Tasso Jereissatti tem acompanhado o processo de criação dessas Zonas de Exportação. Para ele, trata-se de um instrumento fundamental para a redução das desigualdades regionais, visto que as medidas fiscais e tributárias favoráveis aumentam as exportações e geram mais empregos para as regiões menos desenvolvidas.

A partir desse entendimento, desde o final da década de 80, ele fez gestão junto ao Governo Federal para a criação da ZPE de Maracanaú. Na ausência de um marco regulatório que fizesse com que esse instrumento funcionasse imediatamente, ele, durante o seu primeiro mandato como Governador do Ceará, criou na mesma região o Distrito Industrial de Maraca-



naú, com vistas à atração de investimentos.

A consolidação do Distrito Industrial de Maracanaú, associada à construção do Porto de Pecém e às negociações em torno da instalação da siderúrgica no Estado, têm levado o Senador Tasso a defender fortemente a instalação da ZPE do Ceará, que funcionará na área do Pecém.

Dado o seu interesse sobre o tema, Tasso foi escolhido para ser o relator do Projeto de Lei

que tratou da regulamentação das ZPEs na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e atuou como um dos principais parlamentares nas discussões com o Governo Federal para adequar a proposta apresentada à atual realidade do Brasil. O Senador apresentou emenda, que concedia carência do Imposto de Renda nos primeiros cinco anos de operação de uma ZPE e nas Regiões Norte e Nordeste, por um prazo de 10 anos.

Em julho de 2007, a proposta foi aprovada no Congresso, e encaminhada à sanção do Presidente da República que, depois de várias e infrutíferas discussões entre os membros do Governo Federal e parlamentares, tendo à frente Tasso Jereissati, vetou importantes dispositivos, que trariam a tão esperada redução das desigualdades regionais. Foi motivo de veto, por exemplo, a carência do imposto de renda proposta pelo Senador.

A partir dos vetos do Presidente, Tasso iniciou um debate em torno dos prejuízos causados ao desenvolvimento regional do País. *“O país não pode desperdiçar essa oportunidade concreta para a redução das desigualdades. As diferenças entre as regiões são muito grandes e para reduzi-las é necessário adotar mecanismos fiscais e tributários diferenciados”*, comentou. Assim, junto com outros parlamentares das regiões Norte e Nordeste, conseguiu que o Governo Federal editasse Medida Provisória recompondo os principais itens vetados. A MP foi editada em dezembro de 2007, e encaminhada para votação no Congresso Nacional.

3 | SEGURANÇA PÚBLICA



1 - PROJETO DE VIDEOCONFERÊNCIA

Modernização dos interrogatórios

O plenário do Senado aprovou em outubro de 2007 as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que permite a realização de interrogatórios e audiências judiciais por meio de videoconferências. O projeto, alterado na Câmara dos Deputados, foi devolvido ao Senado, onde o relator, Senador Romeu Tuma (PTB-SP), acatou uma proposta apresentada pelos deputados e suprimiu as demais modificações, restaurando o texto original aprovado antes pelo próprio Senado. A matéria foi à Comissão Diretora que aprovou a sua redação final e a remeteu para nova análise do Plenário e posterior envio à sanção do Presidente da República.

Pelo processo atual, o presidiário é escolhido a grandes distâncias e até a outros Estados para participar de audiências, resultando em

grandes gastos com aparato policial e transportes. Pelo projeto aprovado tudo isso será evitado, além de dificultada qualquer tentativa de resgate do preso no trajeto para o fórum. Tasso Jereissati, alertou que a medida *“tem por objetivo por fim ao chamado “turismo judiciário”, em que o preso precisa ser freqüentemente deslocado para o tribunal.”*

A medida prevê ainda que, não havendo condições para a videoconferência, o interrogatório seja feito na unidade prisional em que o detento estiver, desde que garantida a integridade do juiz, a presença do defensor e a publicidade do ato. A alteração da Câmara acolhida pelo relator refere-se ao poder concedido ao juiz de recorrer também à videoconferência, ou a outro recurso tecnológico de presença virtual, para ouvir testemunha presa, permitindo-se a presença de defensor.

Entre os dispositivos aprovados está a determinação de que as salas destinadas a videoconferência no interrogatório ou na au-

diência de presos terão linhas telefônicas reservadas para a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados presentes na sala de audiência do fórum, e entre estes e o preso.

2 - PUNIÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS NAS ESCOLAS

Combate ao tráfico de drogas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em julho de 2007, projeto que determina o aumento das penas de reclusão para os crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações. Pela nova redação, as penas serão aumentadas de um terço ao dobro. A legislação em vigor estabelece, para esses delitos, ampliação de um sexto a dois terços do período de reclusão.

De autoria do Senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações, a proposta foi acolhida nos termos de substitutivo elaborado pelo relator, Senador Tasso Jereissati, e foi encaminhado à Câmara dos Deputados. O substitutivo estabelece também que serão elevadas de um terço ao dobro as penas pela prática dos crimes relacionados nos artigos 33 a 37 da nova Lei Antidrogas (11.343/06), desde que envolva ou vise atingir criança ou adolescente, ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida sua capacidade de entendimento e determinação.

Tasso Jereissati – que nos anos de 2003 e 2004 presidiu a Subcomissão de Segurança Pública do Senado - observou no parecer que a proposição tem por objetivo desestimular a presença de traficantes nos ambientes estudantis, *“que abrigam jovens em formação, suscetíveis à perniciosa influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas para livremente agir contra nossa juventude”*.

Jereissati argumenta ainda que não se poderá dizer que o projeto venha a ensejar injustiças, punindo com excessivo rigor jovens imaturos que, *“por irresponsável espírito de aventura, eventualmente ‘brinquem’ de traficante”*. Para o Senador cearense, *“a jurisprudência tem sabido identificar os verdadeiros e habituais criminosos, distinguindo-os dos usuários e viciados e até mesmo daqueles jovens que, por absoluta inexperiência, caem nas armadilhas proporcionadas por sua personalidade em formação”*.

3 - VENDAS DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Projeto proíbe venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis

A proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência instaladas no mes-

mo perímetro foi aprovada, em novembro de 2007, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do Senador Tasso Jereissati ao projeto original de autoria do Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Pelo projeto aprovado na CCJ, os proprietários dos postos que infringirem a lei estarão sujeitos a multas e até ao fechamento do estabelecimento.

No seu parecer, Tasso justificou não ser admissível que, enquanto o poder público gaste expressivos recursos em campanhas de conscientização para combater a violência no trânsito, haja a facilidade de venda de bebidas alcoólicas aos motoristas. Na discussão da matéria na CCJ, ele fez questão de enfatizar sua preocupação principalmente com os jovens que se reúnem para ingerir bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis, dirigindo veículos, e terminam envolvidos em acidentes e tragédias de grandes proporções.

Para Tasso, a punição dos proprietários de postos de combustíveis proposta pelo projeto

do Senador Crivella aprovado na CCJ é uma forma de reforçar o Código Nacional de Trânsito, que alcança somente o motorista, quando trata das infrações por ingestão de bebidas alcoólicas. Aliás, ele aproveitou para criticar que muitos órgãos de fiscalização do trânsito não tenham incorporado ao cotidiano de seus agentes a utilização de aparelhos adequados à realização dos exames de bafômetro, em casos suspeitos de direção perigosa por embriaguez. *“Ante a debilidade da fiscalização, é conveniente recorrer a medidas preventivas, como a proposta pelo presente projeto”*, afirmou.

4 - REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Para Tasso a redução da maioridade penal não pode ser genérica

Os vários casos de crimes perpetrados por menores de idade, especialmente aqueles de grande repercussão no noticiário, trouxe-

ram à tona a discussão sobre a necessidade da redução da maioridade penal.

Foram realizadas inúmeras audiências públicas no Senado Federal, em que se debateu, apaixonadamente, sobre tão delicado tema.

Acabou prevalecendo a proposta da redução da maioridade para 16 anos, com algumas condicionantes tais como a necessária comprovação por laudo médico-psicológico de que o menor tinha condições de compreender a gravidade do crime praticado e a existência de estabelecimento específico para a prisão destes menores. Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, a Proposta de Emenda à Constituição foi encaminhada para julgamento pelo plenário do Senado Federal.

O tema continuou despertando polêmica, de um lado os defensores da redução argumentando que tais menores, conscientes de sua imputabilidade, têm se aproveitado disso para a prática de diversos crimes, por vezes bárbaros e de outro os defensores da tese de

que o que é preciso é a verdadeira implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, dando tratamento diferenciado ao menor infrator, dando condições materiais para a sua recuperação.

O Senador Tasso Jereissati apresentou emenda de plenário (o que fará a PEC voltar à CCJ), que tem sido elogiada por diversos setores da sociedade. Para o Senador, a regra deve ser a maioridade penal aos 18 anos, cabendo a uma lei complementar, definir os casos em que se poderá desconsiderar este limite, dependendo da natureza do crime, das condições do infrator, o rito processual para o julgamento destes crimes, enfim; as exceções em que se justificaria dar tratamento penal idêntico aos adultos, a um menor infrator.

Para Tasso, reduzir a idade penal genericamente, não resolve a criminalidade infantil, servindo apenas para abarrotar ainda mais o nosso sistema prisional, que não recupera ninguém. *“É preciso que se analise caso a caso, avaliando as circunstâncias e condições tanto do menor quanto das causas da criminalidade”*.

4 | REFORMA POLÍTICA



1 - COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS

Comissão aprova fim das coligações proporcionais

Com parecer favorável do Senador Tasso Jereissati, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovou, em agosto de 2007, Proposta de Emenda à Constituição – PEC, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e outros Senadores, que altera o § 1º, do art. 17, da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de formação de suas coligações eleitorais, admitidas estas apenas nas eleições majoritárias.

Em decorrência da mudança aprovada, ficam proibidas as coligações partidárias nas eleições proporcionais para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. Permanecem as coligações exclusivamente nas eleições majoritárias para presidência da República, governos estaduais, prefeituras e Senado. A maté-

ria foi aprovada com votos contrários dos Senadores Inácio Arruda (PC do B-CE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). A PEC foi encaminhada à Mesa do Senado Federal para ser submetida à discussão e votação do plenário, onde deverá ser apreciada em dois turnos de votação.

A proposta tem o objetivo de sanear o quadro partidário, reduzindo a faixa de atuação dos chamados partidos de aluguel, além de reforçar a identidade e coesão partidárias.

Para o Senador Tasso Jereissati, relator da matéria, a aprovação da PEC fortalecerá a identidade dos partidos políticos, pois restringe as coligações eleitorais às eleições majoritárias, aumentando a transparência na representação política. Para Tasso, a proibição das coligações em eleições proporcionais (para deputados e vereador) irá *“sanear o quadro partidário, reduzindo o mercado dos partidos de aluguel e a possibilidade de transferência de votos entre legendas, o que reforçaria a identidade e a coesão partidárias”*. Acrescenta ainda que as coligações eleitorais fazem sentido em pleitos majoritá-

rios, nos quais a constituição de alianças tem relação direta com o apoio aos programas políticos e à governabilidade.

2 - INFIDELIDADE PARTIDÁRIA

Com parecer de Tasso, Senado aprova fim da infidelidade partidária

O Senado aprovou, em outubro de 2007, proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do Senador Marco Maciel (DEM-PE) e outros Senadores, que determina a perda do mandato de membros do Legislativo (Senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) e do Executivo (presidente da República, governadores, prefeitos e respectivos vices) que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos, salvo nos casos de extinção, incorporação ou fusão da sigla.

O texto aprovado, e que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati, assegura aos partidos

políticos a titularidade dos mandatos dos parlamentares eleitos pela sigla, estabelecendo inclusive que cada Senador deverá ser eleito com dois suplentes do mesmo partido. Pelo parecer do Senador Tasso, a Emenda passa a vigorar na data da publicação, mas a nova regra só será aplicada a partir da primeira eleição subsequente.

A perda do mandato dos parlamentares federais, de acordo com a proposta, deverá ser declarada pela Mesa Diretora da Câmara Federal ou do Senado, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do mandato. Já quanto a deputados estaduais e vereadores, a perda deverá ser declarada pela respectiva Assembléia e Câmara Municipal, a partir de comunicação da direção partidária do respectivo nível.

Com relação à perda de mandato de ocupantes de cargos do Executivo, deverá ser declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando se tratar dos cargos de Presidente da República e Vice-Presidente; pelo Tribunal Re-

gional Eleitoral (TRE), no âmbito de sua jurisdição, quando for o caso de Governador e Vice-Governador, e pelo Juiz Eleitoral, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, mediante comunicação da direção partidária do respectivo nível.

Tasso Jereissati considerou a aprovação do novo texto *“um avanço, pois a fidelidade partidária é essencial para que o país tenha uma democracia sólida e estável”*. Além de definir que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato, a PEC determina que os suplentes de Senadores devem pertencer obrigatoriamente ao mesmo partido do titular, em uma *“chapa limpa”*.

Em caso de mudança de legenda, o mandato continua com a sigla. Para Tasso, a PEC do Senado vai ao encontro da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que, em março, em resposta a consulta que lhe foi dirigida, determinou que o mandato é *“outorgado ao partido político e não ao parlamentar”*. A PEC encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados.

3 - VOTO SECRETO

CCJ aprova relatório de Tasso que define fim do voto secreto

A questão da abertura do voto secreto, nas deliberações do Congresso Nacional, tem sido objeto de intenso debate no parlamento. O Senador Tasso foi designado relator de algumas propostas de reforma da Constituição sobre o tema.

A PEC nº 50, de 2006, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, estabelecia o princípio do voto aberto em todas as deliberações no Senado e na Câmara, além de especificar a obrigatoriedade do voto aberto nos casos de aprovação de autoridades, perda de mandato do parlamentar que ferir o decoro e votação de vetos.

Em seu relatório, Tasso optou pela apresentação de um substitutivo em que acolhia o voto aberto ou ostensivo proposto pela PEC,

mas estabelecia uma distinção em relação à votação de algumas autoridades, mantendo o voto secreto para a escolha de apenas algumas delas. Submetido à discussão na Comissão, constatou o Senador que a opinião predominante era no sentido de aprovar o voto aberto de modo amplo, tal como contemplado na PEC original. Reformulou, assim, seu voto concluindo pela aprovação da PEC nº 50, de 2006.

“Vi aqui uma devoção pelo voto aberto que não vi na semana passada”, ironizou o Senador Tasso Jereissati, ao ver aprovada por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seu parecer acabando com o voto secreto. Tasso se referia ao fato de que na semana anterior, o plenário havia absolvido - apesar dos protestos pela votação ter se dado secretamente - o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar.

Na condição de relator da PEC, Tasso Jereissati abriu mão de seu texto, que mantinha o voto secreto em determinadas situações, como

na escolha de ministros para os tribunais superiores - STF (Supremo Tribunal Federal), STJ (Superior Tribunal de Justiça) e TCU (Tribunal de Contas da União) - e também para a Abin (Agência Brasileira de Inteligência). *“Entre ficar numa divisão para aprovar meu texto, prefiro ceder e entendo que há pressão legítima da opinião pública pelo voto aberto”*. Assim, ampliou seu relatório, admitindo que todas as votações passem a ser abertas. Tasso sugeriu ainda que, como houve consenso para acabar com o voto secreto para julgar os processos que recomendam cassação de mandato, os Senadores poderiam tornar público seus votos no julgamento de Renan.

O Senador cearense já tinha afirmado, após a absolvição, que recorreria a todos os meios legítimos para acabar com o instituto da sessão secreta, que servia apenas à impunidade.

Esta mesma PEC, entretanto, acabou recebendo uma emenda de plenário, o que a fez

retornar à CCJ. Tasso emitiu parecer pela aprovação acolhendo o princípio do voto aberto ou ostensivo como regra, excetuando-se no caso das escolhas de algumas autoridades.

A matéria foi encaminhada à votação no Plenário do Senado Federal



5 | DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ



1 - PESQUISA IBGE SOBRE MORTALIDADE INFANTIL E EXPECTATIVA DE VIDA E ARTIGO DO SENADOR SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS NO CEARÁ.

Pesquisa aponta redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida dos cearenses

Em dezembro de 2007, os dados oficiais da Secretaria de Saúde do Estado, com base no ano de 2005, apontavam para a existência de 10.925 agentes de saúde no Estado, atendendo a 4 milhões de pessoas. A experiência iniciada no Ceará foi o embrião para a criação do Programa Saúde da Família do Governo Federal, que hoje se desenvolve em todo o Brasil.

Pesquisa do IBGE apresenta o Ceará como o Estado que, entre 1980 e 2006, registrou a maior redução na mortalidade infantil em todo o País. A expectativa de vida do cearense também aumentou de 58,96 para 69,95 anos, no mesmo período. Isto quer dizer que o cearense vive agora 18,6 anos a mais do que vivia antes de 1980.

Segundo o IBGE, alguns dos fatores que contribuíram para estas mudanças foram a "melhoria no acesso da população aos serviços de saúde, as campanhas de vacinação, o aumen-

to da escolaridade, a prevenção de doenças e os avanços da medicina". Além de trabalhar fortemente a política de prevenção, o Governo do Ceará investiu, no período, na rede hospitalar e na valorização dos recursos humanos.

E não foi apenas o IBGE que, por meio das estatísticas, mostrou que quando há uma boa gestão os resultados aparecem. O Relatório Situação Mundial da Infância, do Unicef, confirma os resultados obtidos pelo Ceará na política de erradicação da mortalidade infantil desenvolvida pelo Governo em 1988. Esse documento do Unicef não só reconheceu o êxito da experiência cearense, como a divulgou em vários países, em diversas línguas. Comentou a ação positiva dos agentes comunitários de saúde, com "melhorias impressionantes" na saúde das crianças.

Para o relatório do Unicef, a continuada redução da mortalidade infantil, observada ao longo de toda a década de 90 até hoje, foi fruto da vontade política e da boa gestão do Governo de Tasso Jereissati, graças ao empenho do então secretário de saúde Carlile Lavor e a parceria com a população, por meio dos agentes de saúde. Um dos coordenadores do Unicef elogiou os cearenses pelo feito por meio das seguintes palavras: "As pessoas do Ceará se interessam pelo assunto, se mobilizam e se comprometem".

ARTIGO

POLÍTICAS SOCIAIS NO CEARÁ

Tasso Jereissati ()*

"Nos nossos governos à frente do Estado do Ceará conseguimos grandes avanços. Organismos nacionais e internacionais constataram, nos últimos vinte anos, que o nosso Estado melhorou em seus indicadores sociais: reduzimos os índices de mortalidade infantil, através do Programa Agentes de Saúde; diminuímos a taxa de analfabetismo; colocamos 97% das crianças de 7 a 14 anos dentro da escola; criamos uma rede de proteção social à infância e ao adolescente, como os Programas Criança Fora da Rua Dentro da Escola, ABCs, Escola Viva, dentre outros. Foi um gigantesco esforço implementado junto com a sociedade cearense, ao lado também de outras ações no campo econômico, na infra-estrutura e na administração da máquina pública.

Quando iniciamos o Governo em 87, a taxa de mortalidade infantil registrava óbito superior a 100 crianças de cada mil nascidas, antes de completarem um ano de idade. Como não tínhamos recursos, pois encontramos o Estado totalmente desestruturado, recorremos a medidas de

baixo custo que pudessem envolver a sociedade. Assim, criamos o Programa Agentes de Saúde, que anos depois foi reconhecido pela ONU como uma experiência a ser seguida para o êxito das políticas sociais. Essa ação resultou na criação do Programa Saúde da Família, idéia hoje implementada em todo o País. A mortalidade infantil caiu e prosseguimos com outras medidas, a exemplo da municipalização da saúde, descentralizando o setor para atender melhor as populações nas bases, nos seus municípios.

No campo da educação, universalizamos o acesso à escola com programas como “Todos pela Educação de Qualidade para Todos” - reconhecido pelo Banco Mundial como grande fator de melhoria do índice de desenvolvimento humano no Ceará. Outros programas como Luz no Campo, Liceus de Artes e Centecs (profissionalizantes), Mãos Dadas (de apoio ao adolescente em conflito com a lei), Vilas Olímpicas (esportes para as comunidades), Programa Estadual de Artesanato (emprego e renda), ao lado das grandes obras de infra-estrutura (Castanhão, Aeroporto, Porto do Pecém, Rodovias, Linhões de Energia), mais a industrialização, turismo e a moralidade administrativa foram



decisivos na consolidação dos novos caminhos que o Ceará resolveu trilhar rumo ao desenvolvimento, com o apoio e participação do seu povo.

Mas temos ainda um longo caminho a percorrer, e o PSDB nacional, que compartilhou conosco todos esses esforços, se reúne em Fortaleza para discutir no Seminário “Desenvolvimento Social: Educação, Saúde e Assistência Social”, as novas contribuições que poderá dar ao país. É preciso superar as grandes carências que resistem, em face

da ausência de políticas públicas responsáveis e exequíveis buscando reduzir as desigualdades regionais, em vez de estimular o assistencialismo. O Brasil precisa ser visto como um todo e o Nordeste não pode continuar à margem dos investimentos sociais que reduzam a pobreza, implantem a justiça e promovam a melhoria da qualidade de vida das populações.”

() Tasso Jereissatti governou o Estado do Ceará nos períodos 1987 a 1990, 1995 a 1998 e 1999 a 2002;*



2 - SIDERÚRGICA DO CEARÁ

A luta em defesa da Siderúrgica

Durante seus três governos no Ceará, Tasso Jereissati implementou uma série de projetos estruturantes que asseguraram ao Estado um crescimento econômico destacado. No Senado, seu empenho não tem sido diferente.

Uma das maiores lutas tem sido em torno da atração da Siderúrgica para o Ceará. Seja na tribuna da Casa, nas Comissões, durante reuniões com aliados e representantes do Executivo Federal, Tasso tem adotado posições firmes em defesa do empreendimento, que será implantado no Complexo Portuário do Pecém, construído e inaugurado no seu último Governo, em 2002.

Durante o ano de 2007, o Senador cearense travou duros debates com integrantes do Governo, ressaltando a falta de empenho do presidente da Petrobrás na viabilização do projeto, ao referir-se às dificuldades criadas pela estatal para o fornecimento da matéria-prima, o gás natural à então Ceará Steel.

A defesa da instalação do projeto, inclusive, integrou a pauta de um encontro realizado no Palácio do Planalto, no qual Tasso Jereissati foi recebido pelo Presidente Lula. Na ocasião, o próprio Presidente se comprometeu a se empenhar pela viabilização da instalação da Siderúrgica com a participação direta da Petrobrás. *"Pode dizer aos cearenses que a Siderúrgica sai"* - disse o presidente Lula ao Sena-

dor.

Em pronunciamentos, Tasso Jereissati defendeu a instalação da siderúrgica prometida pelo governo Lula para o Ceará, na campanha da reeleição. Lamentou o comportamento do governo Federal diante das dificuldades que a Petrobrás estava criando para viabilizar o projeto no Estado. Acusou a Petrobrás de ter *"um presidente que mente para a opinião pública brasileira e mente inclusive para o presidente da República, ou o presidente da República é quem está mentindo para o povo brasileiro, em especial, para o povo da minha terra"*.

Na busca por uma saída para a solução do problema criado pela Petrobrás, em torno do fornecimento do gás natural, o Senador cearense chegou, a se reunir com o Ministro da Fazenda Guido Mantega. Na ocasião, Tasso disse que o ministro da Fazenda, recebeu com simpatia proposta dele para que a Ceará Steel pudesse pagar em chapas de aço a diferença de preços pelo gás natural a ser fornecido pela Petrobrás à siderúrgica prevista para ser instalada no Porto do Pecém. Esse esforço seu, porém, não foi suficiente para que a Petrobrás optasse pelo apoio ao projeto cearense.

3 - DEFESA DOS PESCADORES DE LAGOSTA

Tasso reivindica melhores condições de trabalho para pescadores

O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) juntamente com outros Senadores, resolveu tomar a defesa dos pequenos pescadores artesanais que se queixam da falta das condições materiais exigidas para cumprir as novas restrições impostas pelo governo federal à pesca da lagosta. *“O litoral cearense vive verdadeira situação de conflito: milhares de pequenos pescadores estão sem alternativa para sobreviver. O que eles querem, e acho que já foi dito, não é a pesca (predatória) com caçoeira; pelo contrário, eles concordam que isso não é possível. No entanto, é preciso que tenham as mínimas condições para adquirir o novo equipamento para cumprir as novas regras”,* ponderou Tasso.

Na mesma linha de raciocínio dos demais Senadores que trataram do problema, Tasso insistiu na tese de que os pescadores não defendem a pesca predatória da lagosta. *“Mas da maneira como a proibição foi feita, estão tirando-lhes a forma cultural enraizada de pescar,*

que passou de pai para filho, sem dar-lhes condições para que mudem a sua maneira e a cultura de pescar.” Lembrou que já esteve juntamente com outros Senadores com o Ministro da Pesca, Altemir Gregolim, tratando do assunto. O Senador cearense reconhece como correto o governo coibir a pesca predatória. Mas entende que sob esse pretexto *“não pode ignorar a vida desses pescadores, como se ela não fosse importante. É inaceitável e vamos aqui fincar pé ao redor dessa questão”,* disse se dirigindo ao líder do governo, Senador Romero Jucá, durante sessão no plenário.

4 - RECURSOS PARA A UFC

Tasso garante recursos para faculdade de Direito

A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi beneficiada pelo Ministério da Educação com repasse de R\$ 300 mil destinados à construção de um anexo para os seus cursos de pós-graduação. Os recursos foram assegurados através de emenda

Tasso presente à assinatura de criação, hoje, da ZPE do Ceará

O governador Tasso Jereissati viajou na tarde de ontem para Brasília, a fim de tomar parte na solenidade de assinatura, pelo presidente Sarney, do ato de criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) para o Ceará e Rio Grande do Norte.

Tasso destaca assinatura como ato histórico para o Estado

Brasília (Sociedade) — “Estamos assando, aqui, um ato que pode ser histórico para o Estado do Ceará, na medida em que as ZPE podem proporcionar oportunidades e renda”. Foi com essas palavras que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, destacou a importância do ato de assinatura da ZPE no Ceará, pelo presidente Sarney, horas da manhã de hoje, no Palácio Alvorada, na presença de ministros da Indústria e do Comércio Exterior do Estado do Ceará e Rio Grande do

Tasso apressa criação da ZPE para o Ceará



O presidente Sarney destaca a importância das ZPE para o desenvolvimento econômico do Ceará e Rio Grande do Norte.

Agora falta aprovação do Congresso Nacional

Sarney assina decreto criando ZPE cearense

Brasília (Sociedade) — O presidente Sarney assinou hoje o decreto que cria a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) para o Ceará e Rio Grande do Norte. O ato foi assinado no Palácio Alvorada, em Brasília, na presença de ministros da Indústria e do Comércio Exterior do Estado do Ceará e Rio Grande do Norte.

Tasso diz que aprovação da ZPE é regozijo geral

Brasília (Sociedade) — “Estamos assando, aqui, um ato que pode ser histórico para o Estado do Ceará, na medida em que as ZPE podem proporcionar oportunidades e renda”. Foi com essas palavras que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, destacou a importância do ato de assinatura da ZPE no Ceará, pelo presidente Sarney, horas da manhã de hoje, no Palácio Alvorada, na presença de ministros da Indústria e do Comércio Exterior do Estado do Ceará e Rio Grande do Norte.

Brasília (Sociedade) — “Estamos assando, aqui, um ato que pode ser histórico para o Estado do Ceará, na medida em que as ZPE podem proporcionar oportunidades e renda”. Foi com essas palavras que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, destacou a importância do ato de assinatura da ZPE no Ceará, pelo presidente Sarney, horas da manhã de hoje, no Palácio Alvorada, na presença de ministros da Indústria e do Comércio Exterior do Estado do Ceará e Rio Grande do Norte.



Tasso diz que Ceará vai sair na frente no projeto da ZPE

O Ceará vai sair de cabeça no projeto. A declaração é do Governador Tasso Jereissati referendo-se a uma reunião em Brasília, na qual se discutiram as condições para a criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) para o Ceará e Rio Grande do Norte.

Fax-símile de matérias publicadas nos jornais O POVO, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará, no ano de 1989.

peçoal do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao Projeto de Orçamento Geral da União para 2006 e agora liberados pelo em 2007. Ao ser informado sobre a liberação, o Senador cearense mais uma vez se posicionou em defesa da educação, que converteu numa de suas principais marcas de suas ações nos governos do Ceará. Na ocasião, lembrou também sua atuação no Congresso nos esforços que resultaram na aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb.

acompanhando os entendimentos parlamentares, observando a aprovação do referido empenhamento para o Ceará e Nordeste.

Byron Queiroz manifestou seu sentimento pelos resultados obtidos nos esforços de superação, via ZPE, do Ceará em descer-se de um instrumento tão mais moderno que vai proporcionar a atração de novos investimentos industriais para o Ceará.

Em defesa das ZPE's



O Ceará vai sair de cabeça no projeto. A declaração é do Governador Tasso Jereissati referendo-se a uma reunião em Brasília, na qual se discutiram as condições para a criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) para o Ceará e Rio Grande do Norte.

O Ceará vai sair de cabeça no projeto. A declaração é do Governador Tasso Jereissati referendo-se a uma reunião em Brasília, na qual se discutiram as condições para a criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) para o Ceará e Rio Grande do Norte.

5 - ZPE NO CEARÁ

Tasso e a defesa da instalação da ZPE

O Senador Tasso Jereissati tem uma longa história de defesa do desenvolvimento econômico do Ceará. Eleito por três vezes Governador do Estado, ele assegurou em suas gestões expressivo avanço do índice de atração de novos investimentos e do crescimento da economia regional. E foi no seu primeiro Governo, em 1988, que o Ceará foi um dos primeiros estados brasileiros a ter sua ZPE aprovada. O projeto foi criado pelo Decreto nº 96.990, de 14 de outubro de 1988, numa área de 387,72 hectares, situada no município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza.

Em março de 1989, foi constituída a ZPE Ceará S.A., uma sociedade de economia mista. Em seguida à sua criação, o Governador de Tasso Jereissati, com vistas a consolidar e desenvolver um projeto em bases bem fundamentadas, promoveu seminários no Brasil e no exterior, em países como Japão e Taiwan, num esforço de ampliar o conhecimento em torno das potencialidades da região.

Considerando que a ZPE não foi efetivamente instalada na área previamente selecionada e aproveitando as discussões em torno do Projeto de Lei das ZPEs, do qual foi relator durante o ano de 2007, Tasso defendeu de forma enfática a proposta do Governo do Estado de instalação da ZPE do CE em uma nova área, já que Maracanaú acabou por se transformar em um Distrito Industrial. Ele acredita que *“hoje, a melhor localização para uma ZPE no Ceará é no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com uma área de mais de 500 hectares e situada a 5 km do Terminal Portuário”*.

Segundo o Senador, *“o Ceará vem se consolidando, nos últimos anos, como um dos Estados brasileiros mais bem sucedidos em atrair investimentos, especialmente os voltados para as exportações de produtos manufaturados”*. A esse respeito, o Ceará apresenta uma condição extremamente favorável entre todos os Estados brasileiros, em razão de sua localização geográfica e também com a entrada em operação do Porto do Pecém. *“Para reforçar esse potencial de desenvolvimento, nada mais adequado do que a instalação de uma ZPE na retro-área do Porto”*, comenta.

6 - AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE JERICOACOARA

Senado amplia limites do Parque de Jericoacoara

O Senado aprovou, em junho de 2007, projeto originário do Poder Executivo, que alterou os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz. O projeto aprovado teve como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Senador Tasso Jereissati. O projeto teve como objetivos preservar amostras dos ecossistemas costeiros e assegurar a preservação de seus recursos naturais.

Na votação do projeto na CCJ, Tasso Jereissati defendeu a necessidade da alteração para possibilitar a instalação de um sistema de coleta e tratamento de esgotos para o núcleo urbano circundado pelo Parque, considerando-se que *“a localidade é uma importante referência turística do litoral cearense, cuja população quase quadruplica em determinados períodos. Em função da ausência de sistema de esgotamento urbano e do considerável aporte de turistas à Vila de Jericoacoara, constatou-se indícios de conta-*



minação da água dos poços particulares e das cisternas públicas da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Ceará (Cagece), únicas fontes de água para consumo humano no povoado.”

A alteração objetivou ainda, segundo ele, “a inclusão no Parque de algumas dunas fixas e tabuleiros, cobertos por vegetação nativa

em excelente estado de conservação, bem como o manguezal do rio Guriu”. A Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, criada quando Tasso foi governador do Ceará, teve como objetivo principal controlar o crescimento daquele núcleo urbano, visto a grande fragilidade ambiental das dunas de Jericoacoara.

7 - RECURSOS PARA O CEARÁ

Tasso assegura investimentos em municípios carentes

O Senador Tasso Jereissatti direcionou, em 2007, suas emendas individuais ao Orçamento da União, que totalizaram 6 milhões de reais, para contemplar investimentos em 17 municípios do Estado do Ceará. Ele manteve a premissa que adotou, desde que assumiu seu mandato no Senado Federal, de atender, a cada ano, municípios distintos. São investimentos importantes voltados para as áreas da saúde, educação, turismo, saneamento básico, infra-estrutura urbana, drenagem de águas pluviais e infra-estrutura esportiva, distribuídos nos orçamentos de diversos Ministérios. Os investimentos foram escolhidos em função do impacto positivo que terão sobre as comunidades desses municípios, trazendo o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida.

7 | DESTAQUES DAS COMISSÕES DO SENADO



1 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

CCJ aprova indicações de ministros cearenses

O cearense César Asfor Rocha, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e também do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teve seu nome aprovado por unanimidade dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em abril de 2007, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na função de corregedor. A indicação do presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, foi relatada na CCJ pelo Senador Tasso Jereissati, que destacou a atuação de César Asfor nas últimas eleições como corregedor-geral da Justiça Eleitoral, atribuindo-lhe por isso papel importante como corregedor do CNJ.

Na mesma reunião, a Comissão aprovou a indicação feita pelo presidente da República do nome de outro ilustre cearense, o juiz fede-

ral Napoleão Nunes Maia Filho, para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Jorge Tadeo Scartezini.

2 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) assume a Presidência da CDR após gestão de dois anos de Tasso Jereissati.

Em 06 de fevereiro, a Senadora Lúcia Vânia foi designada para assumir a presidência da CDR no biênio 2007/2008, em substituição ao Senador Tasso Jereissati. A CDR foi criada ao final de 2004 com a finalidade de resgatar no debate nacional uma questão crucial para o futuro de nosso país que é a diminuição das desigualdades regionais. Verificou-se que a

distância que separa as regiões mais pobres das mais ricas, tanto nos índices econômicos quanto nos sociais, não vinha diminuindo, ao tempo em que já não existiam mais instrumentos consagrados a essa tarefa, como a SUDAM e a SUDENE. Por isto, quando da sua criação, o PSDB e Tasso Jereissati deram total prioridade à Comissão, tendo ele assumido a presidência nos dois primeiros anos de existência da CDR.

A SUDENE e a SUDAM foram recriadas durante a gestão de Tasso mas, infelizmente, os instrumentos de gestão e financeiros que garantiam os meios para que as duas agências tivessem capacidade real de promover o desenvolvimento tanto do Norte, quanto do Nordeste brasileiros foram vetados pelo Presidente Lula. A Senadora Lúcia Vânia, ao assumir a presidência da Comissão, manifestou sua determinação em promover a recriação da também extinta SUDECO, bem como de tentar restituir a esses órgãos os instrumentos vetados pelo Presidente Lula.

8 | ATIVIDADES EXTERNAS DO SENADOR



XIX FÓRUM NACIONAL DO INAE

“O Brasil está aproveitando de forma adequada os anos de vacas gordas para construir o futuro?”

Ao participar do seminário “Brasil – Perspectiva para a Próxima Década, XIX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE,” em maio de 2007, no Rio de Janeiro, o Senador Tasso Jereissati advertiu que a economia brasileira vivia um momento único no pós-guerra, devido a ocorrência simultânea de inflação baixa com situação externa confortável e situação fiscal sob controle, apesar da péssima qualidade do ajuste fiscal, com a elevação da carga tributária, a redução de investimento e a elevação de gasto corrente e transferências. Diante desse quadro, e das consequências favoráveis decorrente da boa situação externa e a manutenção da política econômica herdada do governo FHC, o Senador Tasso apresentou a seguinte questão: *“O Brasil está aproveitando de forma adequada os anos de vacas gordas para construir o futuro?”*

Como resposta à sua própria indagação, Tasso considerou tímido o aproveitamento, por parte do Brasil, daquele quadro econômico favorável,

e assegurou que em diversas outras áreas, que não a política macroeconômica, havia claros sinais de deterioração da política pública do governo central. Entre alguns exemplos destacou, naquele momento, a tendência do governo de estimular a criação de grandes multinacionais brasileiras com a redução da competição em diversos mercados, como, por exemplo, os setores de cervejas, petróleo e derivados e transportes aéreos. *“Há forte suspeita que a opção por verticalizar a Petrobrás não satisfaz critérios mínimos de viabilidade econômica”,* afirmou.

Naquele Fórum, Tasso considerou, ainda, que o programa social bolsa escola, rebatizado para bolsa família, transformou-se exclusivamente em um programa compensatório, sem articulação com outras políticas que busquem uma estratégia de retirar famílias da situação de pobreza. Outra questão tratada pelo Senador cearense relacionou-se com a forte reação ideológica à participação do setor privado nos serviços públicos. *“O fiasco das novas regras para o funcionamento do setor elétrico, bem como o adiamento do edital para a concessão de diversas rodovias, exemplificam este desvio ideológico”,* desabafou.

Noutro momento, preocupado com os rumos a serem tomados pela economia brasileira,

Tasso apontou a questão da redução sensível na qualidade da gestão pública brasileira. Para ele, o apagão aéreo - vivenciado à época - e a dificuldade de os ministérios executarem os investimentos programados, que redundou em forte redução do investimento público, foram exemplos claros desta queda de qualidade da gestão. Por último, ele fez uma avaliação crítica da qualidade das relações internacionais do Brasil, considerando-as “desastrosas.” E ao final do debate, Tasso fez uma advertência, ao considerar toda essa problemática: *“será que não estamos construindo uma herança maldita?”*. No Senado, ele tem se caracterizado como um forte crítico da falta de ousadia e de criatividade por parte do Governo, no trato da questão econômica.

DEBATE NA CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS

Tasso debate reforma tributária com empresários da CDL

A Reforma Tributária foi tema de palestra do Senador Tasso Jereissati na Câmara de Diretores Lojistas de Fortaleza, no mês de junho de 2007. Atendendo convite da instituição, o Senador, na condição de presidente da Subcomissão

de Reforma Tributária no Senado, defendeu fortemente a implementação de um projeto que estabeleça um novo modelo tributário para o País, com a simplificação dos impostos e a redução da carga tributária, aproveitando a oportunidade para expor as principais linhas do projeto em análise na subcomissão que preside.

AUDIÊNCIA COM O PAPA

Tasso é recebido pelo Papa Bento XVI

O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi recebido pelo papa Bento XVI, no mosteiro de São Bento, em maio de 2007. Ele participou de uma audiência com o Papa a convite do governador de São Paulo, José Serra. Na ocasião, o Senador cearense recebeu do Sumo Pontífice um terço como lembrança de sua primeira visita ao Brasil, para a cerimônia de canonização de Frei Galvão.

Na condição de então governador do Ceará, a convite do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1987, Tasso Jereissati foi recebido pelo Papa João Paulo II, durante sua visita ao Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro.



DIAP – OS MAIS INFLUENTES

DIAP inclui Tasso entre os dez mais influentes no Congresso

O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) integrou, em 2007, a lista dos dez parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap. A lista incluiu ainda o presidente da Câmara,

Arlindo Chinaglia (PT/SP); os deputados José Múcio Monteiro (PTB/PE), então líder do Governo na Câmara; Ciro Gomes (PSB/CE); Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP), líder do partido na Câmara; Onyx Lorenzoni (DEM/RS), líder do partido na Câmara; e os Senadores Arthur Virgílio (PSDB/AM), líder do partido no Senado; José Sarney (PMDB/AP); e José Agripino (DEM/RN), líder do partido na Casa.

A publicação “Cabeças do Congresso” é editada pelo Diap desde 1994. A partir de 1996, além de divulgar a lista dos 100 deputados e Senadores que conduzem o processo decisório no Poder Legislativo Federal, o Departamento passou a realizar uma pesquisa junto aos “Cabeças”, solicitando que eles indicassem os dez parlamentares que considerassem mais influentes. Tasso Jereissati integra, desde 2003, a lista dos 100 parlamentares mais influentes. Este ano, ele foi eleito também, em 2004, entre os dez mais influentes.

Mais do que um motivo de orgulho pessoal, Tasso encara essa eleição como um reconhecimento do trabalho sério que executa em defesa do povo cearense e das boas causas, para a construção de um Brasil melhor, mais moderno, com maiores oportunidades para todos e, portanto, mais justo.

9 | PALAVRAS E IMAGENS



“Hoje, o jornal brasileiro, a imprensa escrita brasileira, com certeza, tem na Folha de São Paulo, de Octavio Frias, uma referência histórica e um momento novo. Não podemos deixar de enaltecer a memória de Octavio Frias com o nosso respeito, com a nossa admiração, com o que ele representou para todos nós e para a história do Brasil, seja na luta pela democracia, seja em momentos difíceis da nossa democracia, em que seu papel, sua figura de equilíbrio e de estímulo dentro da Folha de São Paulo fizeram com que esse jornal se tornasse um elemento de referência e de independência, fazendo parte daquilo de bom que tivemos na nossa história recente. Por isso, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de também prestar a minha homenagem, extensiva a toda a sua família, aos filhos de Octavio Frias e a toda a redação da Folha de São Paulo.”

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissati ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), no qual homenageiam Octavio Frias de Oliveira, em 02/05/2007).

“O Ceará deve muito a Walter Cantídio, que hoje dá nome ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Ceará, entidade que ele apoiou incondicionalmente à época em que foi reitor da Universidade. Diga-se de passagem, neste período de 1971 a 1974, o Dr. Walter teve de administrar os conflitos entre o regime militar e o movimento estudantil, sempre defendendo a autonomia universitária e o direito de manifestação dos estudantes. Hoje a Universidade Federal do Ceará está de luto, entristecida pelo desaparecimento de um de seus maiores colaboradores, um homem que se confunde com a instituição que ajudou a criar e desenvolver. Nossos sentimentos à família e nossa homenagem ao Dr. Walter Cantídio, exemplo de inteligência, dinamismo, desprendimento e generosidade.”

(Trecho de pronunciamento do Senador Tasso Jereissati, no qual registra o falecimento do médico dermatologista Walter Cantídio, em 08/05/2007).

“O que mais me espanta, Senador Agripino, é que não são os grandes barcos, não é a indústria pesqueira; são os pequenos pescadores artesanais que estão praticamente impossibilitados, talvez pela primeira vez na história, de exercer a sua profissão. Presidente Marco Maciel, V. Ex^a é um pernambucano que conhece bem esse problema, conhece muito bem o valor dessa gente, esses pescadores artesanais, os velhos jangadeiros, a luta deles e o que eles significam para a nossa história e tradição. É um absurdo! Nós não podemos aceitar isso. Conclamo toda a Bancada nordestina - e também a do Pará, porque existe uma afinidade muito grande com a pesca dessas regiões - para fazermos um protesto veemente, para colocarmos claramente para o Governo a sua responsabilidade diante do que está resolvido.”

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissati ao pronunciamento do Senador José Agripino (DEM-RN), no qual é avaliada a situação de pescadores de lagosta, em 13/06/2007).

“O Governo é, sim, o responsável por esse outro escândalo. E o pior, é responsável pela destruição da máquina pública e pela descrença moral das instituições neste País. Portanto, a sua indignação, a sua oração indignada deve ser o tom que vai marcar, como nosso Líder, a nossa posição neste segundo semestre. Não dá mais para aceitar a desfaçatez e a insensibilidade, o menosprezo característico do Governo diante de escândalos de corrupção. Eu pensava - nós todos pensávamos - que esse menosprezo à opinião pública era só diante dos escândalos de corrupção. Mas, agora, é também diante da vida humana, da perda de centenas de brasileiros e da dor de milhares de famílias brasileiras.”

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissatti ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio (PSDB/AM) no qual critica atuação do Governo Federal diante da questão aérea no Brasil, em 2/8/2007).

“Perdoem-me aqui todos os homens públicos, mas, com certeza, nunca vi um amor por um Estado como o amor do Senador Antonio Carlos Magalhães pela Bahia. E aquele não era um sentimento político, não era um sentimento criado, mas sim, um sentimento que era fruto dessa fonte de paixões e de emoções que ele tinha. Lembrome de uma vez em que, sobrevoando Salvador, chegando a Salvador, pela janela do avião, ele olhou aquela cidade, olhou para mim e disse: “Como é bonita essa Bahia!”. E olhava-a com orgulho, como se a cidade fosse ele.”

(Trecho de pronunciamento do Senador Tasso Jereissatti durante sessão de homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), em 8/08/2007).

“Ao lado disso, vemos o apagão aéreo que causou todas essas infelicidades. Tenho sempre dito que se trata apenas da ponta do iceberg do apagão da administração pública, como o apagão da Petrobrás. Todas as empresas petrolíferas do mundo aumentaram o lucro tremendamente, mas a Petrobrás teve uma queda violenta de seus lucros. No Banco do Brasil aconteceu a mesma coisa. Ou seja, estão tentando encobrir a tremenda bagunça que se instalou na máquina pública brasileira, nos serviços públicos brasileiros, por meio de uma propaganda de tendência totalmente totalitária, e usando recursos públicos.”

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissatti ao pronunciamento do Senador Heráclito Forte (DEM-PI), no qual foi criticada a campanha publicitária do Banco do Brasil, intitulada “Decida pelo 3. E conte com o banco que é todo seu”, veiculada na imprensa, em 15/08/2007).

“Essa é a grande oportunidade de o Presidente Lula mostrar realmente se é o estadista que muitos esperam que seja, ou se é um Presidente que chegou ao poder e vai não apenas repetir os malfeitos já perpetrados no passado, mas vai repeti-los em escala maior e com maior profundidade. O Presidente deve vir a público para tomar todas as medidas punitivas: afastamento político e administrativo, terminando com esse resto de coisas que ainda existe montado em função dessa quadrilha. Só assim Sua Excelência mostrará que é um estadista e que realmente está querendo mudar a nossa história, ou, do contrário, dará mais um exemplo de que o que não é legal, o que é ilícito, o que é do mais esperto vale a pena neste País, porque acaba dando certo para aqueles que infringem a lei”

(Trecho de pronunciamento do Senador Tasso Jereissati, no qual destaca julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre denunciados no escândalo do Mensalão, em 28/08/2007).

“Senador Flávio Arns, eu não poderia deixar de lhe dar meu abraço e minha solidariedade e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento sobre a figura de um dos maiores brasileiros da nossa geração, que significou uma referência para centenas de milhares de pessoas, um símbolo da fé e da dedicação não só às pessoas mais pobres, mas àquelas que, de maneira geral, não tiveram da vida todos os privilégios, sejam materiais, físicos. Elas tiveram em D. Hélder sempre uma mão amiga, carinhosa, afetuosa, e um ombro onde apoiar. D. Hélder é, além de tudo, do meu querido Ceará. Se tivermos de escolher, no século XX, os grandes cearenses, sem dúvida nenhuma, ele estará entre os primeiros, em alma, caráter, exemplo, referência”.

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissati ao pronunciamento do Senador Flávio Arns (PT-PR) no qual lembra o 8º aniversário de falecimento de Dom Hélder Câmara, em 19/09/2007).

“Os resultados da qualidade da Educação têm preocupado bastante. A Saúde está em crise em todo o Brasil. Hoje, no meu Estado, o Ceará, entraram em greve praticamente todos os médicos. Faltam recursos. E a contratação de pessoal, a criação de empresas, de autarquias, de novos setores estatais, não param de aumentar. Então, estamos entrando nesse círculo vicioso em função de um ciclo que V. Exª, como grande economista e professor, conhece. Estamos vivendo um ciclo altamente positivo da economia. Se esse ciclo se inverte, vamos entrar em uma crise seriíssima. A carga tributária vai ficar mais alta ainda. Vamos ter problemas sérios para enfrentar. É preciso que, ao discutirmos agora a CPMF, levemos em consideração isso tudo e comecemos a olhar seriamente.”

(Trecho de aparte do Senador Tasso Jereissati (PS-DB-CE) ao discurso do Senador Aloizio Mercadante (PT-SP), no qual analisa situação da economia brasileira, em 03/10/ 2007)

“A nossa Faculdade de Medicina tem a honra de ter formado inclusive o nosso querido Mão Santa, que, depois, revelou-se não só um grande médico, mas também um grande político, tendo sido Governador e um Senador que preside com tanta maestria as reuniões desta Casa. Quero dizer da nossa percepção da crise que vive a classe hoje. No Estado do Ceará, a situação é realmente aguda, todos os hospitais estão em crise, praticamente abandonados. Os médicos estão insatisfeitos, trabalhando realmente apenas por conta da sua abnegação. Esperamos que isso seja invertido um dia e que os médicos tenham as condições de trabalho que merecem, proporcionais ao respeito que têm da população brasileira.”

(Trecho de pronunciamento do Senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), em homenagem ao Dia do Médico, em 18/10/2007).

“ Voto contra a CPMF porque quem mais paga esse imposto é o mais pobre deste País, porque o paga indiretamente, ou seja, de maneira não-transparente, pois ele está embutido justamente nos preços dos produtos usados pela população mais pobre e pesa muito mais sobre a população mais pobre do que sobre a população mais rica. Parte dos recursos da CPMF está sendo usado para pagar juros da dívida com os bancos, se é que a linguagem demagógica é essa, parte é para o superávit primário. O que é superávit primário? São recursos para pagar os juros dos bancos. Esse dinheiro está indo para pagar o superávit.”

(Trecho de pronunciamento do Senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), no qual analisa debate sobre CPMF, em 06/12/ 2007).

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial

Denísio Pinheiro

Coordenação de Gabinete

Marilu Teófilo

Elaboração de Textos

Ana Lobato

Denísio Pinheiro

José Lucena Dantas

Luis Otávio Paiva

Mansueto Almeida

Paulo Marcelo

Wanderley Pereira

Produção

Wellington Oliveira

Colaboração

Carlos Henrique

Luciana Guidini

Mariana Romariz

Neudson Dias

Simone Alves

Washington Viana

Programação Visual

Secretaria Especial de Comunicação Social

Núcleo de Criação e Marketing

Alessandra Maia

Fotos

Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal

Arquivo Fotográfico

Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Senado Federal

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Endereço: Anexo I - 11º Andar

Senado Federal- Brasília/DF - CEP 70 165-900

Telefone: (61) 3311-4846 - Fax: (61) 3311-4590

Home page: <http://www.senado.gov.br/tassojereissati>

E-mail: tasso.jereissati@senador.gov.br

Escritório em Fortaleza

Equipe Técnica:

Eveline Viana

Maria de Jesus Bertoldo

Tânia Gurgel

Endereço: Av. Dom Manoel, 929

Bairro: Centro CEP: 60.060-090

Telefone: (85) 3262-4510

Visite o Senado

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3311-2149 e 3216-1771. O passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até dez pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso se dá pela rampa do Salão Negro e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30min às 17h.

Alô Cidadão

Central de relacionamento com o cidadão: 0800 61-2211

E-mail: alosenado@senado.gov.br

Fax: 080061-2210